



Uma análise das exposições do Museu Penitenciário Paulista

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

XXVIII Congresso de Iniciação científica da Unicamp.

Área Temática: Antropologia Social, Sistema Prisional, Museu

Órgão de financiamento: FAEPEX

Pietro Ferretti Rocco - RA: 185916

Natália Corazza Padovani - Orientadora

RESUMO

A proposta desta pesquisa é analisar as exposições do Museu Penitenciário Paulista (MPP). Os ímpetus da criação do museu remontam a década de 1930 e obteve a sua efetiva criação na virada da década de 1930 para 1940 com o Instituto de Biotipologia Criminal (IBC). Fortemente influenciado pelas correntes científicas deterministas da época, o museu operava para estreitar os laços entre as pesquisas acadêmicas e os conhecimentos gerados a partir dos corpos privados de liberdade da Penitenciária do Estado (PE). Após o declínio da forma de fazer as prisões e o qual germinou o museu, ele caiu em ostracismo até que em 2014 é reformulado e ganha um espaço físico novo. As suas funções não são as mesmas de anteriormente, todavia, parte do pensamento de sua gênese se encontra vivo em suas exposições rente a uma visão institucionalizada do órgão estatal que o administra. Portanto, o intuito desta pesquisa seria investigar quais discursos estão contidos no museu, como eles se articulam entre si e com as pessoas as quais diz representar. Com o auxílio de outras pesquisas que constituem uma genealogia do sistema penitenciário paulista e as que se debruçam sobre os poderes que emanam destes meios, a pesquisa priorizou o reconhecimento das diversas fronteiras existentes no museu.

PALAVRAS-CHAVES: Museu. Museu Penitenciário Paulista. Sistema prisional. Carandiru.

1.INTRODUÇÃO

Os primeiros em imaginar o museu foram Paulo Duarte e Moraes Mello durante a década de 1930. Ambos eram influenciados pela Escola Positivista de Cesare Lombroso e Enrico Ferri como também a do médico baiano Nina Rodrigues. Suas ideias consistiram em traçar diferenças físicas e biológicas que justificassem a superioridade do homem branco e a “degenerescência”¹ e o “estado atávico” dos outros. A escola pregava o determinismo social e cultural com respaldo do caráter “inquestionável” da ciência. Os positivistas se debruçavam nos estudos do crime de maneira a direcionar que certas etnias possuíam em suas

¹ Termo de Lombroso que corresponde a desvios comportamentais que podem fazer a pessoa regredir na escala evolutiva.

particularidades anatômica justificativas para cometer ilicitudes. A metodologia da escola consistia em mensurar características e organizá-las para que correspondem a uma categoria de crime. (ANDRADE,2011; CORRÊA, 2013; SALLA, 2009)

Duarte e Mello propunham criar o Instituto de Criminologia para se opor a administração de Accácio Nogueira na Penitenciária do Estado que estava em vigor, e reformar o sistema prisional vigente. Um dos principais pontos de oposição são as técnicas para “regenerar” a população carcerária, como por exemplo o controle disciplinar do corpo e da mente através de inúmeras regras, horários e atividades. Para Paulo Duarte e Moraes Mello a disciplina não seria a principal função da penitenciária e sim um meio para gerar conhecimento científico. Eram mais adeptos a um tipo de poder regulamentador do que um disciplinador. Suas expectativas eram de empregar procedimentos inovadores de análise, estudo e registro de informações sobre a vida do preso, suas características físicas, sociais e mentais. Almejavam estreitar os laços da pesquisa acadêmica com a penitenciária onde os estudantes de direito, medicina e psiquiatria pudessem ter acesso a um conhecimento empírico dos que estavam privados de liberdade e assim gerar saberes sobre eles. Apesar de serem fortemente influenciados pela Escola Positivista, Duarte e Mello não eram completamente deterministas, pois acreditavam na “regeneração” das pessoas em situação de prisão. Para tanto era necessário ter penas adaptadas ao “criminoso” e não ao crime (SALLA, 2006). Os dois pregavam uma maior autonomia e relevância dos acadêmicos dentro da prisão. Por conta disso não conseguiram se emplacar como gostariam, devido a ditadura de Getúlio Vargas, que implicava em poderes mais centralizados. Todavia, suas ideias, com algumas ressalvas, permaneceram e influenciaram a criação do Instituto de Biotipologia Criminal (IBC) e a Criação do Museu Penitenciário. (SALLA, 2009)

No final da década de 1970 o IBC é fechado e o museu perde a sua função. Durante os próximos trinta anos parte de seu acervo é transferido para outras repartições diversas vezes, sua sede deslocada com frequência e sendo até fechado em algumas ocasiões. Apenas em 2009, Lourival Gomes, na época secretário da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) e hoje deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL), promoveu um do Grupo de Trabalho para viabilizar estudos com o viés de fazer uma sede para o museu na Cidade de São Paulo. Sidney Soares de Oliveira é o atual diretor do MPP e foi quem encabeçou a criação do museu em 2009. Oliveira é formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e trabalhou durante 10 anos na comunidade indígena Aldeia Kukrutu antes de entrar na SAP em 2008. Foi o responsável por organizar as exposições do museu e criar *O Penitenciário*, blog em formato de um pequeno jornal para divulgação de informações, notícias e entrevistas do MPP, e também o *Penitenciária pra quê?* outro blog que incentiva a criação de novos complexos prisionais em cidades do interior. O museu foi reinaugurado em 28 de julho de 2014 ao lado do Parque da Juventude, cujo terreno foi palco do massacre do Carandiru, em 1992. Como explicita Padovani (2018), o Complexo do Carandiru não foi implodido. O lugar continua sendo um dos principais endereços físicos e afetivos das políticas de encarceramento paulista. O local ainda é um dos pontos de encontro de muitas pessoas as quais vão para o interior visitar seus parentes em penitenciárias masculinas (Ibid.). Ao redor do museu, são mantidas, também, outros complexos e unidades prisionais - como a Penitenciária Feminina da Capital; a Penitenciária Feminina de Sant’Ana (antiga Penitenciária do Estado); o Presídio da Polícia Civil, bem como a sede da SAP, entre outros órgãos administrativos que envolvem as instâncias de segurança pública do Estado de São Paulo. Portanto, o museu não deixa de reproduzir ou influenciar (ou ser influenciado) vivências ou políticas que orbitam o sistema prisional.

Hoje o museu tem a intenção, em suas próprias palavras, de *ser um espaço aberto ao público em geral, capaz de propiciar a reflexão sobre a história penitenciária e a pena (...) assim como valorizar o trabalho do servidor penal, contribuindo para torná-lo mais orgulhoso da própria função*. As exposições do MPP são distribuídas em quatorze temáticas sendo nove delas na parte externa e cinco na área interna. Na pesquisa, tentei focar em algumas seções e encontrar alguns padrões de linguagem e temática que se repetiam

ao longo do museu. A primeira temática que se repete e que possui uma sala reservada é a intitulada “A medição dos corpos, de Lombroso aos biotipologistas”. Nesta sala há algumas fichas criminais de alguns criminosos famosos, como o Bandido da Luz vermelha; instrumentos de medição, como uma mesa e uma câmera fotográfica antiga e imagens de cabeças adesivadas na parede. Relata que essas ideias foram usadas no começo do século passado e que a necessitam da mensuração dos corpos para traçar uma relação das características morfológicas com o crime. Em alguns parágrafos fica explícito o posicionamento do museu perante a essa corrente científica, pois, nos murais explicativos, há a intenção de dizer que as técnicas que eram utilizadas são ultrapassadas, porém suas ideias não. O MPP não dialoga com as reflexões científicas atuais sobre as ciências criminais pois tais debates não possuem o mesmo espaço como os da Escola Positivista. Nas palavras do museu:

Dentre as novas ciências, a neurologia, por sua vez busca o elemento responsável pelos padrões comportamentais, assim como suas correlações fisiológicas, ou um tipo de divisão e organização cerebral e indivíduos delinquentes como por exemplo pode se citar que o cérebro de alguns pedófilos e de alguns sociopatas apresenta padrão de funcionamento específico.

A palavra rebelião é usada com aspas para se referir o massacre do Carandiru. A aplicação das aspas exime a responsabilidade do museu por usar certos termos, pois agrega um sentido de subjetividade e inconclusão. As aspas delimitam uma fronteira entre o discurso institucionalizado do museu frente a um discurso externo distinto (MASSMANN, 2018). “Essas aspas chancelam o elo discursivos entre o dito, não-dito e a-se-dizer (ou a se interpretar), ou melhor, entre o discurso do museu e em sua relação com a exterioridade” (MASSMANN, 2018, p. 538). O uso das aspas vão se repetir em outros contextos como “corrente científica” para se referir a antropologia criminal, por exemplo, dando a entender que há algo a se esconder.

Para o MPP a cultura prisional consiste em dois polos. Um sendo os feitos pelas pessoas privadas de liberdade através da tutela dos órgãos prisionais. Estes são representados por quadros de características clássicas, românticas e até expressionistas. Já na outra extremidade há facas, microondas improvisados, cachimbos, baralhos, cigarros e todos os equipamentos que são necessários para fazer a *maria louca*². Estes objetos são “cunhados na rudeza dos muros prisionais e mesmo objetos de contravenção”

2. ANÁLISE E COMENTÁRIO DO CONTEÚDO

Como ferramenta analítica utilizei o termo “Zonas de Contato” cunhado por Mary Louise Pratt (1999) e aperfeiçoado em contextos de museu por James Clifford (2016). Para Pratt esse termo é:

o espaço de encontro coloniais, o espaço onde povos geográfica e historicamente separados entram em contato uns com os outros e estabelecem relações concretas, geralmente envolvendo condições de coerção, desigualdade radicais e conflitos irreduzíveis. [...] É utilizado como sinônimo de fronteira colonial. É uma tentativa de se invocar uma presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por discontinuidades históricas e geográficas cuja trajetórias agora se cruzam.

Clifford diz que museus são uma Zona de Contato inescapável pois é onde os destinos históricos das produções culturais são cuidadosamente interpretados. O curador ou a instituição financiadora podem estabelecer relações desiguais com o objeto a ser exposto. Isso pode acarretar na demonstração de uma cultura através de um olhar que pode carregar relações de poder, caso não tenha interferência de um representante da cultura a ser exposta.

² Nas palavras do museu: bebida alcoólica feita com restos de alimentos, acondicionadas em latas fechadas guardadas em locais estratégicos, longe do olhar da vizinhança.

O museu esgota a agência das pessoas privadas de liberdade dentro de seu espaço pois são representados a partir da visão da SAP. A ótica institucionalizada da SAP é capaz de retratar as pessoas privadas de liberdade através da sua própria ótica pois, nas exposições do museu, não existe nenhuma interferência dessas pessoas. O museu trata a cultura prisional como algo perigoso e passível de uma intervenção estatal para “ressocializar” as pessoas privadas de liberdade.

No final das exposições há os escombros de um dos pavilhões do Complexo do Carandiru implodido em 2002. No painel informativo há a informação de que após o massacre do Carandiru os problemas prisionais foram solucionados pois agora possui unidades menores espalhadas no interior do Estado de São Paulo. Essa mensagem pode transmitir o mesmo efeito da palavra “pós-colonial” pois narrar os acontecimentos coloniais em um tempo histórico linear mascara os efeitos que o colonialismo ainda tem no presente assim como os problemas existentes no sistemas prisionais no período atual (MCCLINTOCK, 2010). A palavra “trabalho” é evocada inúmeras vezes como sendo um fator benéfico para a “ressocialização” e para a economia da cidade que hospeda os edifícios prisionais. Estas convicções reforçam a tese de Angela Davis (2018) sobre o complexo industrial-prisional. Para ela o encarceramento proporciona um número gigantesco de mão de obra barata, corpos domesticados através da força exercida pelo estado e sem direitos que permitem algum tipo de reivindicação por parte dos presos, sendo assim, tornam-se alvos fáceis a serem explorados pelas instituições públicas e privadas características semelhante ao período da escravidão. O MPP, mesmo tocando inúmeras vezes no tema “trabalho” não especifica a remuneração e as condições de trabalho que as pessoas privadas de liberdade possuem como também nenhum dado sobre a composição étnico-racial dos privados de liberdade. As prisões também podem favorecer o mercado. Onde uma prisão se instala muda toda a população local, pois necessita de uma grande mão de obra para o manejo dela. Para sustentar uma prisão é necessária uma grande quantidade de comida, roupa e produtos de limpeza. Especulação imobiliária, construção civil, indústria farmacêutica e indústria bélica, todos veem nas prisões grandes oportunidades para potencialização de seus lucros, o que torna políticas sociais um obstáculo para o crescimento e perpetuação do complexo industrial-prisional. É tão caro esse tema que o coordenador do museu criou o Blog *penitenciária pra quê?*³ para incentivar prefeitos de cidades do interior de São Paulo a construir complexos prisionais em suas cidades.

Uma constante que é recorrente no museu: os formuladores da “história” da PE os quais são diretores da alta hierarquia. Abundam retratos de homens brancos e, além de não mencionar nenhum dos 111 mortos do massacre do Carandiru, ele apaga tanto as demais categorias na composição da administração carcerária, quanto das pessoas que estão ou estavam privadas de liberdade.

Por fim, apesar do MPP relatar que é um espaço reflexivo e para visibilizar o trabalho do servidor penal ele também serve como meio de propagação das ideias institucionalizadas da SAP. Em inúmeras ocasiões a SAP é evocada como sendo um inovador órgão que supervisiona os estabelecimentos prisionais no Estado de São Paulo. As exposições do MPP se enquadram na produção museal autocrática, pois é mais centrada na autoridade da coordenação, e a de equipe, que reúne certos profissionais para dar conta do assunto e a sua narrativa é colocada em terceira pessoa ELE/ELES (CURY, 2012).

3. CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS

A pesquisa proporcionou a prática do trabalho de campo e conseqüentemente, produzir uma etnografia, desenvolvimentos científicos aos quais eu ainda não havia desenvolvido.

A partir dessa iniciação científica, também foi possível o amplificar e aprimorar a capacidade pessoal do pesquisador, em realizar trabalhos científicos, analisar teses, dissertações e praticar na empiria

³ In: <http://penitenciariapraque.blogspot.com/>

conhecimentos adquiridos em sala de aula. Consequentemente, propiciou um desenvolvimento mais complexo da escrita científica.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Bruna S. A. B. *Entre as leis da Ciência do Estado e de Deus: O surgimento das prisões femininas no Brasil*. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo, 2011.

CLIFFORD, James. *Museus como zonas de contato*. N° 6. Periódicos Permanentes, São Paulo, 2016.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da Liberdade: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. 3° Edição. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013

CURY, Marília X. *Museologia, comunicação museológica e narrativa indígena: A experiência do museu histórico e pedagógico índia Vulnuire*. Museologia & Interdisciplinaridade. Vol.1. São Paulo, 2012.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* 1° Edição. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

MASSMANN, Débora. *Versões controversas na leitura de arquivos: o Museu Penitenciário Paulista*. Vol. 24. Campinas, SP: Revista RUA, 2018.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

PADOVANI, Natália C. *Sobre Casos e Casamentos: Afetos e amores através da penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. 1° Ed. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2018.

PRATT, Mary L. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SALLA, Fernando. *As Prisões em São Paulo: 1822 – 1940*. 2° Ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2006.

5. AGRADECIMENTOS

Agradeço à FAEPEX, à Unicamp, à Natália Corazza Padovani e ao Núcleo de Estudos de Gênero Pagu pelo conhecimento compartilhado comigo.